
Iniciativas Alternativas de Comunicação e os Relatos dos Excluídos Sociais: Registro Afetivo e Narrativa Jornalística em Nós, Mulheres da Periferia e SP Invisível¹

Mayara Luma Assmar Maia LOBATO²
FIAM-FAAM Centro Universitário, SP, Brasil

RESUMO

Vinculado a uma pesquisa doutoral que investiga o consumo de memória de invisíveis sociais em ambiente digital, este trabalho propõe uma discussão sobre a incorporação de técnicas do jornalismo por iniciativas alternativas de comunicação, tendo como objetos de estudo as páginas SP Invisível e Nós, Mulheres da Periferia. Com base em estudos sobre a produção jornalística e seus gêneros e formatos e sobre formas não hegemônicas de comunicação, propomos a análise de publicações das páginas e traçamos paralelos entre as técnicas nelas empregadas e procedimentos de apuração e tratamento da informação no jornalismo. Ao final, identificamos que este atua como um texto da cultura, cujos modos de realização se manifestam em diferentes modelos de narrativa e práticas de sujeitos sociais – incluindo as das duas iniciativas por nós examinadas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Alternativa; Jornalismo; Memória; Excluídos sociais; Representação.

1. Introdução – Exclusão, Cidade e Comunicação em Debate

A vida em grandes cidades, em especial em regiões como a América Latina, pode representar um desafio diário de sobrevivência para a população pobre: insegurança, elevado custo de vida, dificuldades no acesso a serviços básicos e condições desiguais de uso do espaço urbano estão entre as dificuldades. Tratá-las para além do campo de execução de medidas de gestão pública também atravessa uma barreira importante em termos de comunicação: quais políticas de representação garantem adequada visibilidade a cidadãos submetidos a processos de exclusão? Como expor à população de um lugar como São Paulo (SP), legítima *cidade de muros* (CALDEIRA, 2003), uma autoimagem que inclua aqueles que são deixados de lado em suas representações sociais?

Com sua história vinculada à segregação, a capital paulista viveu, sobretudo no século XX, ampla reconfiguração de espaços, em que “pobres e ricos viveriam separados: distância, crescimento econômico e repressão política permitiriam uma peculiar

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Consumo (PPGCOM-ESPM), mestre em Comunicação na Contemporaneidade (PPGCOM-FCL) e graduada em Jornalismo. Professora e coordenadora do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM Centro Universitário. E-mail: mayaraluma@gmail.com.

desatenção de um em relação ao outro” (CALDEIRA, 2003, p.218). Sobretudo após os anos 1970, consolida-se “uma cidade na qual pessoas de diferentes classes sociais não só estavam separadas por grandes distâncias, mas também tinham tipos de habitação e qualidade de vida urbana radicalmente diferentes” (CALDEIRA, 2003, p.227).

No centro desse debate, estão os excluídos sociais. Conforme debates por nós feitos anteriormente (LOBATO, 2019), a noção de exclusão possui inúmeros cortes econômicos, étnico-raciais e de gênero, mas também se vincula de forma mais ampla à perda de vínculos e direitos sociais. Como diz Denise Silva, exclusão “encontra-se, por oposição ou contraste, paralelo ao conceito de coesão social, uma vez que a exclusão implica o rompimento de vínculos sociais” (SILVA, 2011, p.15). Grupos como a população em situação de rua – 15.905 pessoas, segundo registros oficiais do Censo da População em Situação de Rua – cresceram mais de 82% nos últimos 15 anos, inspirando atenção do Estado e, acreditamos, requerendo práticas de comunicação que exponham suas necessidades. Da mesma forma, critérios como a cor da pele, o sexo biológico e a atividade profissional exercida, bem como a região de moradia em uma cidade, podem configurar e delimitar formas de exclusão – que explicam por que o trabalho doméstico e outras formas de profissão assalariada precarizadas configuram, também, o que Jessé de Souza (2009, p.21) denomina um estigma de “ralé”, “sempre a um passo – ou com os dois pés dentro – (...) do abandono” (SOUZA, 2009, p.25).

É sobre esse terreno que nossa pesquisa se situa. Vinculada a uma investigação doutoral sobre o consumo de memória dos excluídos, reforça o papel da comunicação alternativa de dar impulso à discussão pública dos processos de exclusão social a partir da incorporação de técnicas das narrativas factuais. Em particular, lançamos foco sobre o jornalismo para entender como técnicas dele advindas inspiram iniciativas como SP Invisível e Nós, Mulheres da Periferia. Nosso propósito é examinar como estas propõem novo vigor à narração dos fatos de interesse público, tarefa-chave do ideário jornalístico, cumprindo a tarefa de trazer à luz discussões sobre pessoas alijadas de seus direitos.

2. Jornalismo e Iniciativas Alternativas de Comunicação – Contexto e Definições

Ao observarmos a configuração da atividade jornalística como negócio, profissão, indústria e campo de produção qualificada de conhecimento, nota-se uma relação muito próxima entre seu florescer e a própria vida urbana que se estabelece na Europa a partir

de fins do século XVIII. O desenvolvimento do jornalismo acompanha o crescimento das cidades, considerando o contexto europeu, momento também em que se adere a uma noção de objetividade sob influência do iluminismo e do positivismo. Na sociedade industrial, o jornalismo deixa de ser uma atividade de cunho político e literário, pouco ligada aos acontecimentos da vida cotidiana, para se tornar efetivamente informativa. Vários fatores contribuem para isso; entre eles, Romancini e Lago (2007, p.69) destacam “o aumento dos níveis de instrução, a democratização da vida política, a urbanização, o desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação”, além da industrialização e do aumento da renda média da sociedade de forma geral.

Sodré (2009) explica que o jornalismo informativo estabelecido neste período segue uma ideologia essencialmente burguesa, o que explica em grande medida o fato de assuntos de cunho social, ligados às parcelas mais pobres da população, terem sido desde o princípio silenciados ou apresentados de forma estereotipada, pois a imprensa estava politicamente comprometida com a manutenção do *status quo* (SODRÉ, 2009, p.13). Esta é apenas uma das formas com que o processo de industrialização, liderado pelos burgueses, influencia a imprensa informativa do período (ROMANCINI; LAGO, 2017).

De lá para cá, a atividade jornalística, com seus conceitos, formatos e gêneros, segue sendo um campo de produção narrativa sujeito a diversos estudos e reflexões, entre eles o que demarca a separação entre um jornalismo hegemônico e um que se alinha à concepção de uma comunicação alternativa, popular ou comunitária. Comumente, define-se que é nas iniciativas alternativas de comunicação que se concentram formas de abordagem e temáticas que se opõem às da imprensa hegemônica – uma prática que, por sinal, existe concomitantemente à estruturação do campo, pois, conforme afirma Casadei (2009, p.18), “parece ser um consenso entre os pesquisadores o fato de que a imprensa alternativa surge concomitantemente à imprensa oficial”.

Na Europa pré-Revolução Francesa, por exemplo, ainda na fase do jornalismo político, muitas publicações clandestinas resistiram ao controle da igreja e do Estado, algumas delas, inclusive, manuscritas, pois as gráficas sofriam batidas constantes. Diferentemente dos jornais oficiais, seus conteúdos satirizavam o rei, o governo e os costumes da época (BRIGGS; BURKE, 2006). Em menor escala, situação semelhante se observa ainda no Brasil Colônia, quando eram proibidas a publicação e a circulação de qualquer tipo de jornal. No Brasil independente, é no governo de D. Pedro II que efetivamente se conhece liberdade de imprensa por aqui e que os jornais começam a se

estruturar melhor, deixando para trás o aspecto artesanal e, paralelamente, estabelecem-se outras iniciativas de comunicação, que passam a representar uma imprensa alternativa com características mais próximas das de hoje. Jornais produzidos pela parcela mínima da população negra alfabetizada e destinados também a ela contribuíram para o debate em torno da abolição da escravatura e dos direitos aos negros, por exemplo. A imprensa alternativa também resistiu ao longo de todo o século XX, apesar dos períodos ditatoriais, como o Estado Novo e a ditadura civil-militar – fazendo oposição ao governo e abordando temas como sexualidade, racismo, falta de assistência do estado à população mais pobre etc. Também no contexto da ditadura civil-militar, houve um estímulo ao desenvolvimento da comunicação comunitária como uma reação aos domínios culturais, políticos e econômicos vindos das grandes potências. Iniciativas alternativas se desenvolveram até em segmentos especializados do jornalismo, como no caso da imprensa feminina. Buitoni (2009), por exemplo, chama atenção em alguns períodos para periódicos alternativos feministas que fizeram frente às revistas tradicionais.

A partir desses exemplos, observa-se que, de diferentes formas e em diferentes momentos históricos, a população marginalizada encontrou maneiras de resistir, inclusive em diferentes segmentos midiáticos, às abordagens preconceituosas e estigmatizadas e às tentativas de silenciamento por parte da mídia tradicional. Na atualidade, as possibilidades criadas pelo ambiente digital trouxeram um novo estímulo às iniciativas alternativas de comunicação, seja pela facilidade de alcance de maior público, seja pelo custo baixo de manutenção dos blogs, *sites* e páginas nas redes sociais, seja pelo fato de não se depender de burocracias legais para fundar e manter os projetos. É o caso dos projetos estudados aqui – SP Invisível e Nós, Mulheres da Periferia –, que, pelo trabalho que desenvolvem, podem ser designados de diferentes formas: comunicação popular, comunitária, alternativa, participativa, horizontal, dialógica etc. É necessário, assim, nos atermos em um primeiro momento a tais definições, já alvo de pesquisas consolidadas.

Conforme Cicilia Peruzzo, é possível fazer uma distinção entre comunicação alternativa e jornalismo alternativo. Segundo ela, “o que caracteriza o jornalismo como alternativo é o fato de representar uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo que oferece e pelo tipo de abordagem”. “Em suma, há uma comunicação alternativa no âmbito dos movimentos populares que extrapola jornais e o jornalismo” (PERUZZO, 2009, p.54). É o caso de Nós, Mulheres da Periferia: no *site* da iniciativa, as fundadoras – que são jornalistas – o apresentam como um “coletivo jornalístico

independente, transparente e apartidário formado por jornalistas moradoras de diferentes regiões periféricas da cidade de São Paulo” (NÓS, MULHERES DA PERIFERIA, s/a, online). Quanto à classificação como jornalismo alternativo, a presença de diversas características torna isso possível. Segundo Pachi, Souza e Moliani (2016), este tipo de jornalismo é definido seja pela forma de tratamento dos fatos, em contraposição ao discurso hegemônico, seja pela inclusão de temas não tratados diretamente pela mídia em geral. Ao mesmo tempo que pode ser considerado complementar à mídia hegemônica por trazer informações, temáticas e formas de abordagens diferentes, Nós, Mulheres da Periferia também é jornalismo alternativo por fazer contraposição aos veículos convencionais. Essa interpretação pode ser exemplificada com a reportagem “Jardim Miriam: moradoras contam o que pensam sobre as Eleições”³, publicada no dia 06 de outubro de 2018, véspera do primeiro turno, dentro da temática “Direitos”.

Figura 1. Reportagem “Jardim Miriam: moradoras contam o que pensam sobre as Eleições”.



Fonte: site da iniciativa.

Como o título propõe, mulheres de um bairro periférico da capital paulista opinam sobre os candidatos à presidência, suas propostas, a situação atual da periferia e o futuro a partir do presidente escolhido. Embora a reportagem não chegue a traçar um perfil das entrevistadas, traz foto de uma delas, introduz o assunto a partir de um projeto de lazer

³ Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/jardim-miriam-moradoras-contam-o-que-pensam-sobre-as-eleicoes/>. Acesso em 13/10/2018.

com música no bairro organizado pela mãe de uma das personagens e garante espaço para que essa parcela da população se expresse. Conforme explica Buitoni (2009, p.126):

Nas coberturas de periferia, a classe baixa aparece de vez em quando dando sua opinião sobre a luz que não há, sobre o riacho que transborda... mas quase sempre sob a forma do que se chama “enquete” no jornalismo. Isto é, pergunta-se a diversas pessoas o que elas acham de determinado assunto, e de uma maneira bastante superficial. Quando muito, o favelado que fala da falta de água, a faxineira que reclama da condução são apenas nomeados. Mas não surgem como personagens. Dificilmente se faz um perfil de uma personalidade que não é considerada “jornalística” pelos padrões correntes da grande imprensa.

A partir desse aspecto, a SP Invisível também pode ser caracterizada como jornalismo alternativo, pois conta histórias de vida de pessoas que não costumam ter espaço nos veículos hegemônicos e, quando têm, são apresentadas sem voz própria e quase sempre nas páginas policiais. Nascida em 2013, a iniciativa encabeçada por André Soler e Vinicius Silva, então estudantes universitários, teve como foco fotografar e retratar invisíveis sociais da capital paulista. Cinco anos depois, o projeto cresceu, ganhou versões em outras cidades e já conta com mais de 500 histórias narradas⁴. Também já foi transformado em livro, e, além das páginas em redes sociais, passou a contar com um *site* (<https://spinvisivel.org/>) e um blog (medium.com/@spinvisivel) cuja proposta é aprofundar as histórias contadas no Facebook e permitir aos repórteres – nesta pesquisa entendidos como aqueles que colhem, editam e publicam os relatos – contar suas experiências. Entendemos que sua práxis nas técnicas de coleta de depoimentos e construção de personagens a partir de um enfoque factual também é análoga ao jornalismo e emula conceitos e enfoques próprios da comunicação alternativa.

Outras características marcam as iniciativas e permitem sua classificação como jornalismo alternativo a partir dos critérios de Peruzzo (2009). Nós, Mulheres da Periferia se apresenta como um projeto de jornalismo alternativo por ser conduzido pelo povo, contendo, ainda, elementos da comunicação popular. É a mesma parcela da população que não se vê representada pela grande mídia que se levanta em oposição a ela e dá início a um projeto de comunicação destinado a mulheres periféricas e que reivindica maior representatividade para este mesmo público. Já SP Invisível, embora também apresente

⁴ Informações apresentadas na reportagem “Movimento SP Invisível quer criar livro de perfis de moradores de rua”, publicada na *Folha de S. Paulo* em outubro de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/10/1822575-movimento-sp-invisivel-quer-criar-livro-de-perfis-de-moradores-de-rua.shtml>. Acesso em 02/03/2020.

uma alternativa à abordagem midiática tradicional, não traduz um caráter popular de produção pelo perfil da equipe que conduz o projeto.

Retomando a discussão de Peruzzo (2009) quanto aos diferentes termos que podem caracterizar as iniciativas que fogem ao escopo da mídia tradicional, a autora se concentra em conceituar três deles: comunicação popular, alternativa e comunitária. Embora contenham diversos elementos das duas primeiras, é a comunicação alternativa que figura como noção mais geral e aplicável aos contextos de produção tanto de Nós, Mulheres da Periferia quanto de SP Invisível. A comunicação alternativa está ligada a uma ideia de democratização da informação em um sentido amplo: “trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor [...], mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de produtor e difusor de conteúdos” (PERUZZO, 2009, p.56). Pachi, Souza e Moliani (2016, p.13) complementam:

Sua abordagem [da comunicação alternativa] é mais ampla e se relaciona à exclusão social, de grupos ou visões de mundo e à promoção de temas e questões consideradas relevantes para determinados grupos. Desse modo, a comunicação alternativa se vincula a movimentos sociais que buscam modificar a condição de invisibilidade a que estão sujeitos por um sistema dominante de comunicação.

Apesar das diferentes designações por nós discutidas, o sentido das iniciativas de comunicação popular, comunitária, alternativa, dialógica, horizontal etc. é o mesmo e se reflete em ambas as iniciativas: contribuir para a mudança social, advogar pela ampliação dos direitos e da cidadania e oferecer outro tipo abordagem em relação aos excluídos e aos problemas sociais, afastando-se da estereotipia comum à grande mídia.

3. O jornalismo em profundidade e o registro afetivo do mundo em SP Invisível e Nós, Mulheres da Periferia

“Cara de fake, um engenheiro naval, que viajou o mundo e escreve um texto mal deste jeito? Foi pra são paulo só com dinheiro de passagem, não tem um cartão de crédito, um celular, um contato familiar? [...] essa história ta muito mal feita e contada” (SP INVISÍVEL, 2018, online)⁵. Este comentário foi feito por um usuário do Facebook em uma postagem da página SP Invisível do dia 25 de setembro de 2018, em que se narra a

⁵ Comentário transcrito preservando a digitação e a ortografia do original. Disponível em: <https://www.facebook.com/spinvisivel/photos/a.604669506284388/1866554040095922/?type=3&theater>. Acesso em 03/04/2019.

história de Rafael, um morador de rua que conta que é engenheiro naval e que já viajou para os Estados Unidos e para Europa. A desconfiança em relação às personagens torna ainda mais complexa a discussão sobre as características jornalísticas de iniciativas como as que estudamos neste trabalho, aproximando-as de alguns conceitos associados à prática do campo e, em especial, ao segmento de alta densidade, que se desdobra em gêneros e formas como o new journalism, o jornalismo literário e a grande reportagem.

A ideia de que no new journalism, corrente surgida no século XX em resposta ao esgotamento do modelo factual-informativo tradicional, seria possível veicular informações floreadas nunca foi de fato considerada aceitável, uma vez que derrubaria o compromisso com a veracidade que sustenta o *ethos* do campo. Tom Wolfe, por exemplo, um dos principais expoentes da corrente e autor de “Radical Chique e o Novo Jornalismo”, acredita que uma das vantagens do novo jornalismo em relação à literatura é exatamente a veracidade dos fatos narrados: “o autor está um passo mais perto do envolvimento absoluto do leitor do que Henry James e James Joyce sonharam estar e jamais conseguiram” (WOLFE, 2005, p.57). O que aproxima o new journalism da ficção está, aí sim, na estética e na forma: é o uso de recursos literários na escrita, como onomatopeias, diferentes pontos de vista e narração em terceira ou primeira pessoa quase que simultaneamente, diálogos extensos e pontuação mais livre e autoral, resultando em um texto jornalístico que, na estrutura, aproxima-se de um romance com diversos recursos também da prosa (WOLFE, 2005).

De certo, formas como essa diferem substancialmente dos modos convencionais de produção do jornalismo noticioso. Desde os primeiros sinais desse modelo revigorado da reportagem, em obras como “Hiroshima”, de John Hersey, nos anos 1940, já se evidenciava a combinação de elementos como a apuração rigorosa, o texto denso, a presença/participação do jornalista, a aproximação com a literatura, a humanização e a emoção dentro do relato factual, concebido em suas formas industriais como um material seco, fechado a experimentações de linguagem e estilo. Em contraposição, algumas técnicas viriam a se tornar características do new journalism, como a construção cena a cena e o registro de pormenores simbólicos do cotidiano que possam existir no ambiente que é narrado, como costumes em geral; hábitos de vida, de comer, de decorar e de manter a casa; relacionamentos com familiares, empregados e pares; estilos de vestir, de gesticular etc. São registros que parecem de pouca importância, mas fazem o leitor se

sentir dentro do personagem (WOLFE, 2005, p.55). E são esses recursos que acreditamos ser possível identificar nos relatos e produções das iniciativas por nós estudadas.

Notamos correspondência dessas noções e de elementos presentes nos textos da SP Invisível e de Nós, Mulheres da Periferia. Na primeira página, um dos personagens mais emblemáticos da página é Geraldinho. Na SP Invisível, ele aparece pela primeira vez em uma postagem de maio de 2017⁶, contando que precisa fazer uma cirurgia, mas que não tem condições de pagar. Neste depoimento, o senhor conta que um médico chegou a levá-lo a seu consultório, mas cobrou dez mil reais pela cirurgia. Ele, então, explica onde costuma ficar e pede: “Se vocês conseguirem alguém pra fazer essa cirurgia eu vou ficar feliz da vida [...] Se algum médico puder vir aqui me olhar e me dar a cirurgia de presente, vai ser show de bola!” (SP INVISÍVEL, 2017, online).

Figura 2. Posts com depoimentos que abordam a história de Geraldinho.



Fonte: SP Invisível/Facebook.

Depois, seus relatos voltam algumas vezes, como em maio e em junho de 2018. No terceiro, a narrativa sobre sua cirurgia avança um pouco mais, bem como os laços estabelecidos entre ele e a equipe do projeto. O coletivo responsável se sensibilizou com sua história e conseguiu clínica e hospital gratuitos e médico voluntário para resolver o caso. Em agosto do mesmo ano, mais uma foto sua é postada com a notícia de que, finalmente, a cirurgia havia sido feita. O texto, desta vez, não é escrito como depoimento, mas na primeira pessoa do plural, o que não é comum na página, e revela envolvimento

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/spinvisivel/posts/1314368498647815>. Acesso em 11/11/2018.

afetivo: “Hoje, ele é nosso amigo/irmão/avô querido e estamos indo por etapas para ajudá-lo [...] Estamos muito felizes por essa conquista” (SP INVISÍVEL, online, 2018).

O envolvimento emocional e o cuidado com a abordagem de histórias de vida também aparecem como elemento quase natural no Nós, Mulheres da Periferia, já que as idealizadoras do projeto escrevem sobre sua própria realidade, sobre os bairros onde moram e, muitas vezes, sobre pessoas com as quais convivem ou que são seus familiares. Entre os exemplos, é possível destacar o texto intitulado “Que horas ela volta? e os sonhos de minha mãe para mim”, assinado por Jéssica Moreira, que o publica em setembro de 2015, dentro da temática “Gênero”. Nele, a jornalista narra em primeira pessoa sua experiência com a mãe no cinema assistindo ao filme “Que horas ela volta?”, comentado no primeiro capítulo deste trabalho. Como em diversos textos do new journalism, há muito da experiência da autora na narrativa, que escreve sobre a relação estabelecida com a mãe e a criação que recebeu dela, empregada doméstica como a protagonista do filme; muitas vezes há, inclusive, comparações entre as duas. Paralelamente, Jéssica traz informações e dados que conferem aspecto jornalístico ao texto.

Em nossa investigação doutoral, analisamos 65 postagens e textos das iniciativas e detectamos, em diversas, componentes próprios da grande reportagem, um dos principais formatos do jornalismo em profundidade – tais como a amplificação contextual dos assuntos, a singularização do fato por meio de histórias de vida e o reforço testemunhal. Por todos os elementos apresentados, a grande reportagem ou reportagem alinear ou, ainda, reportagem em profundidade, que sempre deve combinar aspectos testemunhais, referenciais, afetivos e antropológicos na construção do acontecimento jornalístico, é considerada um formato estruturalmente próximo do jornalismo literário, campo que, para Pena (2007, p.48-49), tem missão de:

Potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos.

É importante enfatizar que a maioria dos autores trata new journalism e jornalismo literário como próximos, sendo o primeiro uma manifestação cronologicamente marcada (no século XX, tendo seu ápice nos anos 1960 e 1970) de um campo mais amplo – o segundo, que inclui modalidades textuais jornalísticas que incluem biografias, perfis,

grandes reportagens etc. A grande reportagem pode ser entendida como um formato derivado desses campos, com técnicas e processos que combinam seus elementos.

No campo estilístico, podemos destacar nas iniciativas, também, um cuidado com a diversificação de fontes e com variações nas formas de narração. Podemos mapear, no primeiro quesito, um distanciamento dos definidores primários – caracterizados por Traquina (2005) como fontes, comumente oficiais, com presença constante nas mídias e caráter hegemônico associado às rotinas profissionais do jornalista e à subordinação destes, normalmente pela imposição espaço-temporal e pela pressão – que é parcialmente superado pelo esforço das iniciativas alternativas aqui estudadas. É, afinal, com a lógica da pressão e das fontes mais facilmente acessíveis que ambas rompem. No *Nós, Mulheres da Periferia*, mais do que noticiar e ter como fonte/personagem aqueles que não têm qualquer importância para o jornalismo tradicional, é essa “gente que não tem nem estatura nem grandeza” (WOLFE, 2005, p.64) que está à frente do processo de produção de todo o conteúdo do projeto. No *SP Invisível*, por sua vez, chama a atenção o fato de que as histórias dessas pessoas são contadas a partir de sua própria voz, diversificando a lógica tradicional da narrativa impessoal do repórter, mediada por aspas ou depoimentos. A página faz uso, assim, de uma versão adaptada do ponto de vista da terceira pessoa preconizado no *new journalism* – as equipes vão às ruas e conseguem apresentar a cena ao leitor a partir do olhar de outra pessoa, possibilitando, conforme explicado por Wolfe (2005), a vivência da realidade emocional do ocorrido a partir da experiência do outro.

Esse aspecto mais empático se vincula não somente a uma ressignificação das vozes e fontes acessadas, mas também dos enfoques construídos para direcionar as narrativas factuais. Conforme sinalizado por Muniz Sodré (2009, p.34), a partir dos valores-notícia se definem os macro e os microacontecimentos e uma leitura pasteurizada da pertinência dos fenômenos de acordo com convenções que reforçam barreiras; diz o autor que “o jornalismo, como regra geral, compactua com os estereótipos do senso comum” (SODRÉ, 2009, p.67). Apesar das tentativas de neutralidade e imparcialidade, no entanto, a notícia não está isenta de carga emocional:

A progressiva elaboração histórica da forma noticiosa sempre se fez e ainda se faz acompanhar de regiões do sensível, que não raras vezes torna o acontecimento irreduzível à lógica da história. Isto vale tanto para o jornalismo corporativo quanto para a pequena informação diariamente produzida em todas as partes do mundo por anônimos autores de blogs, que hoje transformam o espaço eletrônico numa ponte para o mundo (SODRÉ, 2009, p.16).

É interessante notar que, no trecho acima, o autor considera os objetos de estudo tratados nesta pesquisa. Este é mais um elemento que permite que sejam interpretados como jornalismo, pois propõem uma compreensão de seus conteúdos a partir de uma noção de *registro afetivo do mundo*. A definição do que pode virar notícia nas iniciativas está muito mais ligada ao potencial de envolver emocionalmente os leitores do que aos clássicos valores-notícia (magnitude, referência a pessoas públicas etc.). No *Nós, Mulheres da Periferia*, o envolvimento afetivo tem origem na própria relação que as fundadoras estabelecem com os conteúdos que produzem. Elas escrevem sobre os espaços geográficos que vivem e frequentam em São Paulo e sobre temas com os quais demonstram envolvimento pessoal; assim, é inevitável que imprimam um toque de afetividade em seus textos. Essa característica aparece de diferentes formas e em diferentes intensidades dependendo do tipo de conteúdo: naqueles classificados na seção “Notícias”, o envolvimento afetivo/emocional está mais na linguagem parcial assumida pelas autoras. Nesse sentido, elas conseguem, como explica Medina (2003, p.35), subverter as técnicas que acabam levando a uma inércia profissional com a humanização das fórmulas jornalísticas a partir de seus próprios cotidianos anônimos. Outro exemplo está no texto “De quando a leitura afaga as dores que não podemos entender”⁷, publicado dentro da temática “Educação”, em outubro de 2017, em que a autora desenvolve uma narrativa carregada de descrição sensível de sua vida na infância e de pormenores simbólicos que ajudam o leitor a recriar mentalmente as cenas narradas.

Quando eu era criança, bem criança mesmo, de uns cinco anos, eu vivia fingindo que lia os gibis dos meus primos. Eu desejava incansavelmente que as palavras entrassem pela minha boca, assim, só de vê-las sobre o papel. Eu queria olhar pra elas e deixar que saíssem cantarolando, sem que eu mesma percebesse. Eu tocava nos livros como se fosse pegar cada letra pra mim. Riscava em cima delas como se apenas aquele contorno já fosse o suficiente pro grito contido de dentro de mim. Não tinha voz, mas tinha letra. Na parte da tarde, eu escondia debaixo de uma poltroninha da sala o *Capitães da Areia* do Jorge Amado. Não era de ninguém. Ninguém sabia, eu sabia. Ali era meu escritório secreto, com todas as palavras que ninguém podia ler, nem eu mesma (MOREIRA, 2017, online).

A leitura de mundo proporcionada pelos relatos das iniciativas, assim, se assemelha à prática jornalística de alta densidade no que concerne à ênfase nas histórias de vida, à retórica testemunhal e imersiva por meio da narração do repórter, ao componente afetivo no registro dos fatos e à contextualização histórica das temáticas.

⁷ Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/nossas-vozes/de-quando-a-leitura-afaga-as-dores-que-nao-podemos-entender/>. Acesso em 17/01/2019.

Trata-se de uma prática de comunicação alternativa, não hegemônica, que ao mesmo tempo subverte e bebe da fonte de vertentes interpretativas do campo jornalístico.

4. Considerações finais – Jornalismo, um texto da cultura

Em nossa investigação, detectamos nos textos de *SP Invisível* e *Nós, Mulheres da Periferia* uma série de características de gêneros e formatos jornalísticos tradicionais, promovendo, no entanto, adaptações. Os textos apresentam elementos da grande reportagem sem ser extensos, como é marca deste formato; bebem da fonte do *new journalism*, mas reinterpretam algumas de suas características, como o ponto de vista da terceira pessoa, investindo na primeira para propor reaproximações com as histórias de vida; alguns textos misturam aspectos de perfil e depoimento, sem se poder se encaixar plenamente em nenhum dos dois; podem, ainda, apresentar simultaneamente elementos de reportagem-crônica e reportagem-conto, formas derivadas da reportagem (SODRÉ; FERRARI, 1986), além de, em alguns casos, trabalhar pautas noticiosas – questões de segurança pública, política etc. – ao mesmo tempo em que, por meio da diferenciação de enfoques, questionam os valores-notícia que há décadas norteiam as grandes redações. Mas por que essas iniciativas ainda se valem de técnicas, gêneros e formatos do jornalismo convencional para produzir conteúdos que tanto se afastam dele?

A resposta pode estar em Lotman (1996) e suas discussões sobre a semiótica da cultura. Nossa hipótese é a de que o jornalismo, mais que um campo de saber demarcado ou um jeito de contar histórias, consolidou-se na sociedade a ponto de se tornar um texto da cultura. Sua estrutura alude a uma mensagem que já foi codificada várias vezes ao longo do tempo, assumindo certo grau de complexidade e diferentes sentidos dependendo do momento histórico-cultural vivido e dos sujeitos que dela fazem uso – ganhando, assim, escopo e presença transversal no seio de nossa sociedade, inclusive fora das grandes redações ou dos meios de comunicação hegemônicos.

Como texto da cultura, o discurso jornalístico passa a condensar informação e adquire memória, assumindo a função de memória cultural coletiva. Nesse sentido, as páginas *SP Invisível* e *Nós, Mulheres da Periferia* funcionam, considerando as ideias de Lotman (1996), como lugares de *fronteira*, trazendo para dentro do espaço organizado da semiosfera conceitos/ideias que estavam alheios a ela e promovendo a tradução intersemiótica entre universos culturais – levando, em suma, ao encontro com o outro.

Conforme o autor, a semiosfera é um grande sistema, ou um organismo, dotado de funcionamento único, em que todos os elementos estão em constante interação, alimentando um processo de semiose que representa a significação e ressignificação, a produção e reprodução de sentidos para diferentes objetos/discursos. O autor apresenta algumas características que marcam a semiosfera, como seu caráter fechado, a partir do qual se desenvolve a noção de “fronteira semiótica”, e a irregularidade semiótica, que organiza a semiosfera entre núcleo e periferia, apontando para a produção de novos sentidos para antigas estruturas.

De caráter abstrato, a fronteira é como a soma dos filtros, ou tradutores, que funcionam como estruturas bilíngues por meio das quais se traduz um texto que se encontra fora do espaço semiótico, ou o semiotizam, ou o convertem em informação. Este processo está ligado a diferentes modos histórico-culturais de codificação, o que pode variar entre cada pessoa ou grupo de pessoas; nas palavras do autor: a fronteira é uma “parte indispensável da semiosfera, esta última precisa do entorno exterior <<não organizado>>, a partir do qual também é construída. A cultura cria não apenas sua própria organização interna, mas também seu próprio tipo de desorganização externa” (LOTMAN, 1996, p.29). Nesse sentido, Nós, Mulheres da Periferia e SP Invisível podem ser compreendidas como estruturas fronteiriças, por promover a semiose de assuntos que estavam fora da semiosfera, convertendo-os em informação e fazendo com que adquiram sentido de realidade. O discurso jornalístico foi a forma encontrada por essas iniciativas para traduzir as temáticas que abordam e garantir que passem para o universo semiótico. Em nossa leitura, esse processo decorre da natureza já conhecida dos formatos e gêneros do jornalismo que historicamente circulam no universo semiótico, ou seja, fazem parte do complexo sistema de memória sem a qual a semiosfera não existe. Os dois projetos funcionam, afinal, separando o que é próprio do que é estrangeiro, filtrando as mensagens externas e traduzindo-as para uma linguagem própria, convertendo não mensagem em mensagem, ou seja, semiotizando e convertendo em informação aquilo que entra (LOTMAN, 1996). No caso aqui estudado, as formas de abordagem das duas iniciativas são catalisadoras para a transformação do jornalismo tradicional, entendido por nós como uma estrutura nuclear, pois segundo autor, “a fronteira com um texto estrangeiro sempre é um domínio de uma intensa formação de sentido” (LOTMAN, 1996, p.31).

Não é possível prever como serão ou quais serão as mudanças nas estruturas do jornalismo ou mesmo se essas mudanças virão, mas as ideias do autor podem dar algum

indício do futuro da atividade e do discurso jornalístico a partir dos novos registros e narrativas que aqui expomos – que, embora não necessariamente entendidos como jornalismo por parcela da sociedade, reinventam e encarnam valores próprios do universo intersemiótico da construção de relatos de informação de interesse público. A existência de *SP Invisível e Nós, Mulheres da Periferia* denota a materialidade do jornalismo como um texto cultural que nos acompanha nas experiências coletivas – e sinaliza sua potência inovadora e sua capacidade de reinventar leituras para um mundo complexo e instável, de barreiras e fronteiras cada vez mais turvas e postas em xeque.

REFERÊNCIAS

- BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BUITONI, D. **Mulher de papel**. São Paulo: Summus, 2009.
- CALDEIRA, T. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2003.
- CASADEI, E. Experiências históricas do jornalismo alternativo. In: **Alterjor**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/Apostila_ICursoDifusao.pdf>.
- LOBATO, M. L. A. C. M. **O consumo de memória dos invisíveis: representações e histórias de vida dos excluídos em iniciativas alternativas de comunicação**. 2019. [272 f.]. Tese (Programa de Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, [São Paulo] .
- LOTMAN, I. **La semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Cátedra, 1996.
- MEDINA, C. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo, Summus, 2003.
- PACHI, F.; SOUZA, R.; MOLIANI, J. **Comunicação, imprensa e jornalismo alternativos: cartografias dos usos conceituais na produção acadêmica brasileira recente**. Trabalho publicado nos Anais da PENS@COM Brasil. São Paulo: Intercom, 2016.
- PENA, F. O jornalismo literário como conceito e campo. **Revista Contracampo**, UFF, nº 17. Niterói, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17241/10879>>.
- PERUZZO, C. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v. 12, n.2, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/947/887>. Acesso em 27 jan. 2019.
- ROMANCINI, R; LAGO, C. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.
- SILVA, D. In: CORACINI, M. J. **Identidades Silenciadas e (In)visíveis: entre a inclusão e a exclusão**. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SODRÉ, M; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem**. São Paulo: Summus, 1986.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLFE, T. **Radical chique e o novo jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.